

Guerra da Tríplice Aliança: os motivos da ocupação paraguaia no sul-mato-grossense (1864-1868)¹

Orlando de Miranda Filho²

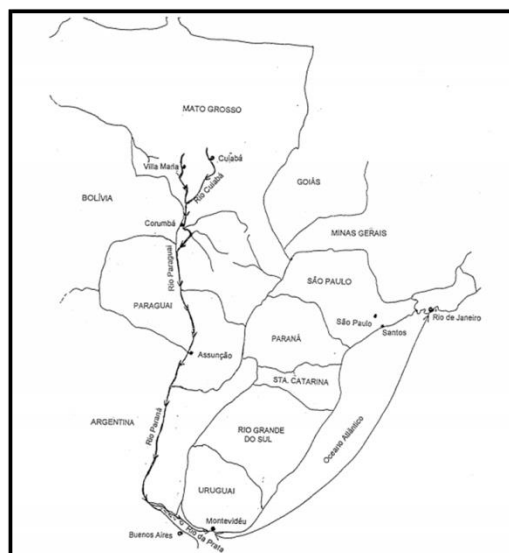
Resumo: Neste artigo analisamos os interesses conflitantes na bacia do Prata antes Guerra do Paraguai. Pesquisamos como a província do Mato Grosso inseriu-se nas contendas regionais, transformando-se no palco do primeiro tiro de guerra. Abordamos diferentes interpretações historiográficas sobre a ocupação do sul-mato-grossense pelas tropas paraguais entre 1864 a 1868.

Palavras-chave: Mato Grosso; Paraguai; Império.

O livre trânsito fluvial e as disputas regionais

Desde o período colonial, a província de Mato Grosso comportava áreas em litígio com a República do Paraguai.³ Para assegurar o controle do território em disputa, o governo imperial ampliou o uso das vias fluviais que, mais rápidas e econômicas, permitiriam a incorporação do Oeste ao sistema mercantil. Mas a navegação dependia de acordos com os países vizinhos: a viagem entre as terras mato-grossenses e o Rio de Janeiro passava pelos territórios do Uruguai, da Argentina e do Paraguai. Ver Ilustração.

Rota Fluvial e Marítima ligando Mato Grosso ao Rio da Prata e ao Rio de Janeiro



¹ Agradeço ao professor dr. Mário Maestri pelas imprescindíveis orientações.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

³ TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *A Primeira Guerra do Paraguai: a expedição naval do Império do Brasil a Assunção (1854-1855)*. Passo Fundo: Méritos, 2012. p. 36.

Fonte: DOMINGOS, Sávio da Cunha Garcia. *Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império*. Dissertação de Mestrado. PPGH-Unicamp. Campinas, 2001. p. 132.

Em 15 de dezembro de 1853, o político José da Silva Paranhos foi nomeado Ministro da Marinha, atuando no processo de negociações sobre a navegação no Prata com o Paraguai. Paranhos enfatizou a importância de liberar sem exceções o trânsito fluvial até a o Mato Grosso.⁴ No debate sobre as demarcações territoriais, o governo imperial defendeu o *uti possidetis*, princípio pelo qual uma área pertence a quem a ocupe de fato. Para isso, apontava o povoamento do sul de Mato Grosso como prova de seu direito. Carlos Antônio López alegou que na área não havia ocupação estável ou produção econômica regular, atrelando a assinatura do tratado de navegação à delimitação entre o rio Apa e rio Branco, “onde os limites entre os dois países não haviam sido demarcados”.⁵

Em 1854, em meio a tratativas complexas, o presidente paraguaio acusou os mato-grossenses de invadirem áreas em litígio, e dificultou o trânsito de navios imperiais em território paraguaio. O governo monárquico repudiou as declarações, e defendeu a legitimidade daquela ocupação. A troca de acusações resultou na expulsão de Felipe José Pereira Leal, ministro imperial em Assunção. Esse episódio “foi a escusa necessária para o envio da expedição armada ao Paraguai”.⁶ Em dezembro de 1854, o ministro plenipotenciário Pedro Ferreira de Oliveira (1801-60) comandou uma expedição com 36 navios e mais de dois mil soldados, enquanto outras tropas foram aquarteladas nas divisas das províncias de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. A imponente missão deveria firmar vantajosos acordos territoriais, comerciais e de navegação, usando para isso a *diplomacia da canhoneira* – estratégia que consiste em deslocar expedição armada para intimidar o opositor a ceder às pressões da força maior.

Mas os planos não saíram como o previsto. A esquadra imperial encontrou dificuldades de navegação nos rios da Prata e Paraná, e um ataque às posições paraguaias, incluindo a bateria de Humaitá, instalada naquela ocasião, seria temerário. “A derrota militar certamente arriscaria o *status* obtido pelo Império em 1851-2 [Guerra

⁴ Discurso de Maciel Monteiro, Sessão de 9/03/1843, *Annaes* do Parlamento, 1843, tomo 2º, p. 154. In: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A Expansão do Brasil e a Formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 136.

⁵ DOMINGOS, Sávio da Cunha Garcia. *Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império*. Dissertação de Mestrado. PPGH-Unicamp. Campinas, 2001. p. 51.

⁶ TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *A Primeira Guerra do Paraguai [...]*. Ob. Cit. p. 68.

contra Oribe e Rosas], no Prata.”⁷ As grandes expectativas foram sucedidas por resultados inexpressivos. Em 27 de abril de 1855, o ministro plenipotenciário Pedro Ferreira de Oliveira celebrou em Assunção um acordo que jamais foi ratificado por Pedro II.

Em 1856, após grandes tensões bilaterais, foram retomadas as negociações entre ambos os países, quando firmaram-se as bases para o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio. As deliberações regulamentaram a política de trânsito fluvial sobre as águas do rio Paraguai, mas nada decidiram sobre a questão de limites – solução outra vez adiada.⁸ Somente em 1858, o acordo foi ratificado e passou a ter validade. Conforme previu o artigo XI do sobredito tratado, as “Altas Partes Contratantes, desejando proporcionar todo o gênero de facilidades à navegação fluvial comum, comprometem-se reciprocamente a colocar e manter as balizas e sinais que forem precisos para essa mesma navegação na parte que a cada uma corresponder.”⁹

Em 1858, Augusto de Lamare, presidente da província de Mato Grosso relatou com entusiasmo a José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde de Rio Branco (1870), que esta “província regada, como é, de tão importantes rios, cujas grandes artérias levam suas correntes ao Oceano, terá conseqüentemente de saborear os frutos da civilização e da riqueza, logo que de fato abra a navegação sem obstáculos naturais”.¹⁰ Para Augusto de Lamare, o acordo com a nação vizinha era motivo de comemoração, pois “nos liberta da possibilidade de uma guerra”.¹¹ A fala otimista do governante subestimou o vasto histórico de conflitos sul-americanos.

A diplomacia da canhoneira e a Missão Saraiva

Na segunda metade do século 19, na porção norte da Banda Oriental do Uruguai, viviam estancieiros escravistas oriundos do Rio Grande do Sul. Representando entre 10% e 15% da população, os rio-grandenses detinham até 30% daquele território. Para o

⁷ TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. Uma primeira guerra do Paraguai: as cartas da “invasão brasileira de 1855” ao Paraguai. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Vol. 3, nº 6, Dezembro de 2011. pp. 1-2.

⁸ DOMINGOS, Sávio. Mato Grosso [...]. Ob. Cit. p. 47.

⁹ Tratado de Amizade, Navegação, e Comércio entre D. Pedro II Imperador do Brasil, e a República do Paraguai, assinado no Rio de Janeiro em 6 de Abril de 1856, e ratificado por parte do Brasil em 8 do mesmo mês, e ano, e pelo do Paraguai em 9 de junho do dito ano. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1856/b_50/. Acesso em 24 de abril de 2014.

¹⁰ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o Chefe de Divisão Joaquim Raymundo de Lamare, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial. Cuiabá, 3 de maio de 1858, p. 19. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/412/>. Acesso em 10 de junho de 2014.

¹¹ Id. Ib.

governo imperial, o Uruguai garantia mais terras agrícolas e o controle de importantes vias fluviais.¹² Em 1862, Bernardo Berro, presidente uruguaio, não renovou os acordos leoninos que asseguravam aos brasileiros vantajosas condições econômicas em seu país. Venâncio Flores, político colorado e aliado dos rio-grandenses, tinha seus próprios motivos para combater Bernardo Berro, mas tornou-se um aliado “de ocasião” para Pedro II. E suas alianças não paravam por aí. Durante a guerra civil que dividiu a Argentina, o general Flores lutou ao lado do presidente Bartolomé Mitre (1862-1868) “Assim Mitre e os colorados estavam presos a uma aliança passada e uma conveniência presente”.¹³

Pressionado pelo expansionismo imperial e pelas intenções hegemônicas da Argentina, Bernardo Berro buscou apoio no Paraguai. Ainda no governo de Carlos Antônio López, a diplomacia oriental propôs um tratado de amizade, comércio e navegação para preservar a independência de ambos. Esse acordo jamais foi assinado pelos paraguaios, possivelmente para evitar conflitos no exterior. Mas as tensões regionais permaneceram em ascensão.

Em 1863, Venâncio Flores invadiu o Uruguai a partir da Argentina, contando com o apoio de Bartolomé Mitre e dos estancieiros rio-grandenses. A revolução de Flores tornou-se um incidente maior. As autoridades portenhas estavam interessadas em derrotar os federalistas uruguaio. Do lado imperial, era imprescindível assegurar a livre navegação das artérias fluviais do rio Paraguai e manter uma “uma saída segura para o mar” a Mato Grosso, confinado no distante Oeste.¹⁴ Após longo período conservador (1850-1862), um gabinete de liberais associados a conservadores reformistas - *progressistas* - assumiu o poder, alterando a orientação na política externa, até então contrária a intervenção no Uruguai. A política de restauração da autonomia *nacional de* Bernardo Berro (1860-1864), presidente oriental, colocava-o em confronto com os interesses dos criadores sul-rio-grandenses na *banda norte* uruguaia.

Em maio de 1864, a Missão Saraiva, chefiada pelo conselheiro José Antônio Saraiva (1823-1895), utilizou a *diplomacia da canhoneira* – estratégia que consiste em deslocar expedição armada para intimidar o opositor a ceder às pressões da força maior. Com clara alusão à guerra, a esquadra imperial atracou em Montevidéu para referendar

¹² LYNCH, John. *As Repúblicas do Prata: da Independência à Guerra do Paraguai*. In: BETHELL, Leslie. (Org.) *História da América Latina: da Independência a 1870*. Vol. III. São Paulo: Editora da USP, 2009. p. 678.

¹³ Id. Ib. p. 679.

¹⁴ Id. Ib. p. 680.

a “reparação às pretendidas ofensas e prejuízos sofridos pelos súditos imperiais, desde 1851”.¹⁵ Sem acordo com Atanásio Aguirre, presidente sucessor de Bernardo Berro, o Conselheiro Saraiva encerrou as negociações com os *blancos*, e ordenou que os “comandantes [imperiais] das forças por terra ou mar” fossem comunicados sobre qualquer “atentado contra a vida e a propriedade de brasileiros”, tomando medidas “convenientes” para protegê-los “eficazmente”. Orientou os “nacionais” a não “envolver-se nas lutas internas da república”.¹⁶ José Saraiva protelou a intervenção por falta de condições logísticas para tal, preferiu primeiro acertar-se com os colorados e com a Argentina liberal-unitária.¹⁷ Em agosto de 1864, foi entregue o *ultimatum* ao governo uruguaio e a invasão ocorreu a partir de outubro daquele ano. Considerado um ato de guerra pelos paraguaios, a operação foi o último movimento antes do conflito.

As justificativas de Solano López e o início da guerra

Em dezembro de 1864, foram mobilizadas duas expedições para invadir o sul da província do Mato Grosso: uma fluvial e outra terrestre.¹⁸ No comando das ações terrestres estava o coronel Francisco Isidoro Resquín (1823-1882), militar com longa experiência, que dedicou a maior parte de sua vida ao exército, atingindo o posto de general durante a Guerra do Paraguai. Em 1875, ele escreveu *Datos históricos de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza*, importante obra sobre o conflito. O coronel Vicente Barríos (1825-1868), cunhado de Solano López, liderou a força naval que ocupou o Mato Grosso, e assim como Francisco Resquín, também foi nomeado general durante o conflito. Segundo o paraguaio Juan Crisóstomo Centurión, que participou da guerra, o comando por terra tinha “unos 3500 hombres más o menos, en su mayor parte de caballeria que al mando del General (entonces coronel) Resquín partió de Villa Concepción e invadió por tierra la misma provincia de Matto Grosso.”¹⁹ Essa expedição marchou em direção a Bela Vista, Nioaque, Miranda e Coxim.”²⁰

¹⁵ MAESTRI, Mário. A Intervenção do Brasil no Uruguai e a Guerra do Paraguai: A Missão Saraiva. Revista Brasileira de História Militar. p. 7.

¹⁶ AHI. Rio de Janeiro. José Antônio Saraiva. Questão contra Aguirre e Guerra do Paraguai. Lata 245, maço 4, pasta 1, 1864-1866. Missão Especial do Brasil em Montevideú 11 de agosto de 1864.

¹⁷ Para saber mais, consultar: MAESTRI, Mário. A Intervenção do Brasil no Uruguai e a Guerra do Paraguai [...]. Ob. Cit. p. 9.

¹⁸ FRAGOSO, Tasso. História da guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1954. p. 252.

¹⁹ CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Asunción: El lector, 1987. p. 21.

²⁰ DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 99.

Em 14 de dezembro de 1864, as tropas partiram dos moles da capital Assunção. George Thompson, engenheiro e coronel inglês que lutou ao lado das forças paraguaias, autor da célebre obra *Guerra do Paraguai*, publicada em 1870, escreveu que: “[...] toda la población de la Asunción, corría á las barracas, pues se sabía que esse día debía zarpar una expedición para invadir á Matto-Grosso.” Após reunir um corpo de soldados experientes, as tropas perfilaram-se para receber a última proclamação de Solano López antes que zarpassem: “El imperio del Brasil poco conocedor de vuestro valor y entusiasmo os provoca a la guerra: la honra, la dignidad nacional y la conservación de los caros derechos no mandan aceptarla.”²¹

Para Francisco Solano López, o Império subestimava o poder de mobilização de seu país, assim como se manteve intransigente sobre a faixa territorial no Mato Grosso que o Paraguai julgava ter direito. No entendimento do *Mariscal* López, a guerra somente ocorreria pelas imposições imperiais na bacia do Prata, responsáveis por desestabilizar a região conforme seus interesses hegemônicos. A defesa da pátria era “sagrada”, incluindo os territórios em disputa, porque os *brasileiros* sem “razón pretenden usurpar los sacrosantos títulos y regalos de esos sitios, que pertenecen a la República”, e todos os paraguaios deveriam servir a “pronta defensa de la República.”²²

Em 31 de dezembro de 1864, Francisco Solano López publicou um comunicado no jornal assuncenho *El Semanario*. Segundo o presidente paraguaio, o vapor *Marquês de Olinda* foi capturado “después de la ocupación armada de una parte del territorio oriental”.²³ Apesar dos alertas reiterados sobre o expansionismo brasileiro, a embarcação “ha venido navegando las aguas del dominio nacional”.²⁴ O governante estendeu as queixas ao “círculo porteño” de poder, “que se empieza en atizar el fuego de la guerra, y no cesa de insultar al pueblo paraguayo a leve y gratuitamente”; o governante foi explícito em relação a política argentina de apoio velado contra os interesses paraguaios, porque “el sufrimiento tiene sus límites, y no es hoy el tiempo de cometer atentados impunemente; dígalos el Brasil”.²⁵

²¹ AHI – Rio da Prata. Missão especial Visconde do Rio Branco – Lata 323. Maço 3. Pasta 2. Data: 1864-1865. *El Semanário* de 10 de Dezembro de 1864.

²² Archivo Nacional de Asunción. Vol.: 339. Nº: 11. Año: 1864. Órdenes y resoluciones del Presidente. Foj: 12. El Presidente de la República, y General en Jefe de sus Ejércitos.

²³ AHI – Rio da Prata. Missão especial Visconde do Rio Branco – Lata 323. Maço 3. Pasta 2. Data: 1864-1865. *El Semanário* de 31 de Dezembro de 1864.

²⁴ Id. Ib.

²⁵ AHI – Rio da Prata. Missão especial Visconde do Rio Branco – Lata 323. Maço 3. Pasta 2. Data: 1864-1865. *El Semanário* de 31 de Dezembro de 1864.

O Mariscal garantiu que não havia nenhum acordo em vigência com o governo de Pedro II, e era “falsísimo que exista tratados de amistad, paz, y comercio”, porque “él último celebrado con el Brasil en Abril de 1856, ha caducado el ano de 1862, por haberse cumplido el término de 6 años, estipulado en él”.²⁶ O presidente registrou sua indignação quanto a posição imperial, que além de não reconhecer “los justos limites” ainda estabeleceu colônias militares nos “territorios contenciosos del Apa arriba”, caso da Colônia Militar dos Dourados, regularizada em 26 de abril de 1856, vinte dias após a assinatura do tratado com os paraguaios.²⁷ Destacou a ocupação do “territorio del Estado Oriental, después de referidas declaraciones que le ha hecho”, como a origem da guerra.²⁸

Brasil Império: cronologia de uma guerra anunciada

Em junho de 1855, quase uma década antes da Guerra do Paraguai, o diplomata Duarte da Ponte Ribeiro redigiu relatório com o longo título: “Considerações sobre a urgência de mandar por todos os caminhos à Província de Mato Grosso homens e materiais da Guerra, porque se deve contar que será agredida por [Carlos Antônio] López, hoje vanglorioso de afastar do Paraguai a Esquadra Brasileira, julgar-se mais forte do que o Brasil.”²⁹ O documento evoca o fracasso da expedição imperial de 1855, que não conseguiu impor suas condições de *negociação* a Assunção. Duarte Ribeiro classificou o conflito contra os paraguaios como uma “certeza matemática”. Somente através da força o presidente Carlos Antônio López cederia nas questões “dos nossos limites e [da] navegação do rio Paraguai”. Para obter apoio interno e justificar uma intervenção armada, seria fundamental “aproveitar oportunidade que o próprio López [desse]”.³⁰

O documento é uma amostra importante da política internacional do Império no Prata. Duarte Ribeiro utilizou o termo “nossos limites”, excluindo negociações; identificou Mato Grosso como o local que seria atacado; definiu a necessidade de um

²⁶ AHI – Rio da Prata. Missão especial Visconde do Rio Branco – Lata 323. Maço 3. Pasta 2. Data: 1864-1865. Corrientes, 20 de Dezembro de 1864.

²⁷ AHI – Rio da Prata. Missão especial Visconde do Rio Branco – Lata 323. Maço 3. Pasta 2. Data: 1864-1865. Corrientes, El Semanario, 31 de Dezembro de 1864.

²⁸ Id. Ib.

²⁹ AHI – III – Coleções Especiais. 34 – Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro. – II – Países e regiões. 14 – Paraguai. C) Política Externa - Memórias. – Lata 280. Maço 3. Pasta 5. Doc. no. 5. – Memória no. 63.

³⁰ AHI – III – Coleções Especiais. 34 – Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro. – II – Países e regiões. 14 – Paraguai. C) Política Externa - Memórias. – Lata 280. Maço 3. Pasta 5. Doc. no. 5. – Memória no. 63.

pretexto para legitimar ação armada; e apontou o uso da força como método mais persuasivo. De certo modo, antecipou o roteiro da Guerra. Suas palavras desmitificam a tese de que as autoridades imperiais foram surpreendidas com a precipitação do conflito, em 1864.

Em 28 de setembro de 1864, o conselheiro José Antônio Saraiva a bordo da corveta Niterói, atracada em Buenos Aires, afirmou que Solano López invadiria o Mato Grosso para forçar o Império a negociar a “paz com ele”. Mas Pedro II deveria priorizar “os direitos de seus súditos no Estado Oriental” em detrimento de qualquer tentativa do Paraguai em “regular o equilíbrio dos Estados do Rio da Prata”.³¹ Para Saraiva, apesar das “bravatas do Presidente do Paraguai”, as tropas imperiais “de terra e mar” deveriam preparar-se para levar “a guerra ao território Paraguaio, a fim de que ele sofra, com maior intensidade, todo o mal que possa resultar da luta injusta, a que nos provoca.”³²

Os diversos documentos abordados ajudam a elucidar questões cruciais sobre a época do conflito, possibilitando algumas conclusões: 1º) os imperiais esperavam a guerra e até sabiam onde teria origem; 2º) conheciam-se as reivindicações do Paraguai, mas foram tratadas como “bravatas” pelas autoridades do Brasil; 3º) os paraguaios defendiam o direito a zona em litígio, e ocupa-la poderia gerar uma solução definitiva; 4º) os imperiais, após assegurar seus interesses na Banda Oriental, levariam a guerra até o país de Solano López, que, como *único* responsável pela guerra, deveria sofrer; 5º) as autoridades do Brasil não estavam dispostas a negociar um reequilíbrio de forças no Prata, e para isso chegariam as últimas consequências. 6º) em 1864, os responsáveis pelo sistema defensivo em Mato Grosso estavam informados sobre a possibilidade iminente de guerra, mas ignoraram os alertas e impossibilitaram uma resistência efetiva.

Interpretações sobre a invasão do sul-mato-grossense

Não temos registro sobre um “plano de guerra” chancelado por Francisco Solano López, comandante-em-chefe do exército paraguaio, o que não impossibilita a compreensão das motivações e objetivos das operações militares. Em 31 de dezembro de 1864, o Mariscal publicou no jornal El Semanario que o Brasil se empenhou em criar

³¹ AHI – Questão contra Aguirre e Guerra do Paraguai – Late 245. Maço 4. Pasta 1. Data: 1864-1866. Bordo da Corveta Niterói, em Buenos Aires, 28 de Setembro de 1864. Ilmo. Exmo. Sr. Senador Carlos Carneiro de Campos. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

³² Id. Ib.

“una guerra internacional de una transcendencia imposible de determinar”, e as “hostilidades contra la Provincia de Mato Grosso” foram legítimas, e resultaram da apropriação irregular “desde el tiempo del Gobierno colonial, para alegar como lo ha hecho ya, el uti possidetis en los arreglos de límites con el Paraguay.”³³ O presidente paraguaio justificou suas ações no oeste imperial como uma reconquista.

Para o historiador Mário Maestri, essa operação foi *politicamente* contraproducente ao Paraguai, porque serviu para galvanizar a retórica imperial de luta contra o despotismo lopista, apresentando à opinião pública do Império e do exterior a invasão do sul-mato-grossense como uma operação de “conquista territorial – e não a defesa da nação oriental agredida”.³⁴ Mário Maestri destaca a inexistência de uma aliança formal assinada por Solano López e os uruguaiois, explicando, em parte, a demora da marcha a Montevideú, ocorrida apenas em abril de 1865. Tudo leva a crer, como assinalado, que o *mariscal* jamais pretendeu fazer junção de suas tropas com as orientais, onde cada exército deveria lutar pelos seus objetivos.

O escritor Pandiá Calógeras considerou a ocupação de Mato Grosso desprovida de sentido militar-estratégico, seria apenas um alvo geográfico para as ambições lopistas.³⁵ Segundo o general Tasso Fragoso, “de Mato Grosso não lhe poderia vir nenhuma ameaça de gravidade atento o estado de abandono em que se encontrava a sua defesa e o seu afastamento considerável da capital do Império”.³⁶ Na interpretação do pesquisador-general, bastaria vigiar aquela região para neutralizar um possível ataque setentrional, mas Solano López ambicionava “apossar-se dos territórios em litígio”, prejudicando as ações no sul – Corrientes e Rio Grande do Sul.³⁷ A visão *militar crítica* de Tasso Fragoso apresentou inegáveis avanços historiográficos sobre a compreensão da guerra. Através do acesso e manuseio a diversos documentos, o historiador analisou os antecedentes históricos das nações envolvidas, superando “a tradicional descrição, imediata e linear, dos fatos bélicos, até então praticada pela historiografia brasileira”.³⁸ Porém, Tasso Fragoso não transcendeu a visão que responsabilizou Solano López como

³³ AHI – Rio da Prata. Missão especial Visconde do Rio Branco – Lata 323. Maço 3. Pasta 2. Data: 1864-1865. Miguel Joaquim de Souza Machado. Semanário de 31 de Dezembro de 1864.

³⁴ MAESTRI, Mário. O Plano de Guerra Paraguaio em uma Guerra Assimétrica: 1865. IV Encontro Internacional de História sobre a Guerra da Tríplice Aliança, Corrientes, Argentina, novembro de 2012. p. 43.

³⁵ CALÓGERAS, Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1945. pp. 226-258.

³⁶ FRAGOSO, Tasso. *História da guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai*. Ob. Cit. p. 253.

³⁷ Id. Ib. p. 253.

³⁸ MAESTRI, Mário. Tasso Fragoso e a Guerra da Tríplice Aliança: História e ideologia. O Olho da História, n. 18, Salvador (BA), julho de 2012. p. 2.

o *culpado* pela guerra.

Para o general Luiz Flamarion Barreto Lima a invasão de Mato Grosso permitiu o aumento do moral das tropas paraguaias; garantiu a ocupação das áreas em litígio; assegurou a segurança das operações em Corrientes – evitando ataques aliancistas pelo norte; e, por fim, garantiu grande quantidade de cabeças de gado e de equinos, fundamentais para manutenção da guerra.³⁹ Sua visão, no entanto, reproduziu a tese de que Solano López foi o responsável pelo conflito.

Na historiografia paraguaia, mencionou-se a grande quantidade de armamentos localizados em Mato Grosso como potencial ameaça. De acordo com o historiador paraguaio Juan Emiliano O’Leary (1879-1969), Solano López iniciou “por allí la guerra, para eliminar, desde ya, aquel peligro”.⁴⁰ Para o autor, o plano de guerra lopista consistia em socorrer o governo do Uruguai, “aliar-se después con el y llevar la guerra ao Brasil, contando con la prometida cooperación de Urquiza y con la manifestada buena voluntad de las provincias argentinas”.⁴¹ Solano López pode ter superestimado a capacidade de resistência dos uruguaios, demorando a agir no front sul. Entretanto, segundo parece, Solano López não pretendia intervir diretamente no Uruguai.

Para Júlio Cesar Chaves (1907-1989), pesquisador paraguaio, “[Carlos Antônio] López vivía dominado pela obsesión de que los brasileños aprovecharían el libre paso al Alto Paraguay para acumular armas y pertrechos en Matto Grosso, y organizar allí una poderosa fuerza naval-militar”.⁴² A preocupação com a defesa da fronteira norte era tema recorrente no período lopista (1844-1870). Sabemos que a região ofereceu baixa resistência e a expedição militar organizada pelo Império para expulsar os paraguaios de Mato Grosso foi um desastre. Apesar dessas ponderações, devemos analisar as tensões do século 19, responsáveis por criar um clima de animosidade bilateral. Segundo George Thompson, Solano López teria dito que “se não tivermos agora uma guerra com o Brasil, haveremos de ter outra numa oportunidade menos conveniente para nós”.⁴³ Mas haveria ameaça ao norte do Paraguai?

Mas conforme orientações de Venâncio López ao capitão Martín Urbieta, os paraguaios preocupavam-se com um possível contra-ataque imperial organizado a partir

³⁹ LIMA, Luiz Flamarion Barreto. *Guerra do Paraguai*. São Paulo: Dep. de Imprensa Nacional, 1967, p. 30.

⁴⁰ FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra da Tríplice Aliança Contra o Paraguai*. Ob. Cit. p. 153.

⁴¹ O’LEARY, Juan Emiliano. *El Mariscal Solano López*. In: MAESTRI, Mário. A guerra no papel: história e historiografia da Guerra no Paraguai (1864-1870). Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013. p. 130.

⁴² CHAVES, Júlio Cesar. *El presidente López: vida y gobierno de Don Carlos*. Buenos Aires: Ayacucho, 1955. p. 254.

⁴³ THOMPSON, George. *A Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Conquista, 1968. p. 37.

de Mato Grosso, sobretudo pelas posições militares existentes naquela província.⁴⁴ Em 27 de janeiro de 1865, José da Silva Paranhos escreveu que Solano López, “tão depressa concluisse as suas medidas de segurança em Mato Grosso, voaria em auxílio de Montevideú. Cartas dele e de seus Ministros, a que se referem outras de Montevideú, confirmam aquela promessa”.⁴⁵

Efraím Cardozo, historiador asunceno, publicou em 1965 “*Breve Historia del Paraguay*”. A obra registrou forte oposição à estratégia militar lopista durante a Guerra da Tríplice Aliança. Para o pesquisador, “en vez de acudir en socorro de los blancos que lo esperaban desesperadamente en Paysandú, donde les cercaban por agua y tierra fuerzas imperiales y revolucionarias, López dedico su primera actividad militar a ocupar la provincia de Matto Grosso”.⁴⁶ As colunas paraguaias obtiveram vitórias esmagadoras no território sul-mato-grossense, mas o custo operacional foi alto, os uruguaios foram derrotados enquanto esperavam auxílio, comprometendo o curso da guerra. Segundo López, a reivindicação de “los limites históricos” determinou ocupação de Mato Grosso, mas essa conquista foi ofuscada pela continuidade da guerra, sobretudo após a derrota dos blancos.⁴⁷

Em *Maldita Guerra*, Francisco Doratioto mencionou a grande quantidade de armamentos capturados no sul mato-grossense. Segundo Doratioto, o objetivo do lopismo era “colocar seu país como potência regional e ter acesso ao porto de Montevideú”; na visão do autor, a guerra não esperada, nem desejada, “mas iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López”.⁴⁸ Impossível sustentar a tese de que a guerra não era esperada pelo Estado Imperial, e que o ataque a Mato Grosso pegou a defesa “às cegas”. Conforme apontamos, desde 1855 as autoridades imperiais projetavam a guerra contra o país vizinho.

Paulo Marcos Esselin indicou a relevância dos bovinos e dos equinos – utilizados na alimentação e no transporte para artilharia – para compreensão da operação *sul-pantaneira*. Mas apesar da grande quantidade de animais capturados, “a

⁴⁴ Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional. Coleção Visconde do Rio Branco. Instruções de Venâncio López ao Capitão Martín Urbieta sobre o ataque nos Dourados. In: MAIA, MAIA, Jorge. A invasão de Mato Grosso. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1964. p. 84.

⁴⁵ AHI – Rio da Prata. Missão especial Visconde do Rio Branco – Lata 323. Maço 2. Pasta 1. Data: 1864-1865. Missão Especial em Buenos Aires em 27 de Janeiro de 1865. José Maria da Silva Paranhos.

⁴⁶ CARDOZO, Efraím. *Breve Historia del Paraguay*. Assunción: Servi libro, 2009. p. 99.

⁴⁷ Id. Ib. p. 99.

⁴⁸ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra [...]*. Ob. Cit. p. 96.

maior parte desse gado permaneceu no território sul-mato-grossense”, consequência da peste das cadeiras que afetou a cavahada, impedindo o manejo dos bovinos. Desde 1851, a doença afetava a província e algumas fazendas “não possuem um só cavalo”.⁴⁹ Estima-se que mais de 80 mil cabeças de gado foram retiradas do sul de Mato Grosso para sustentar as tropas paraguaias.⁵⁰ Segundo Benjamim Ferreira Flores, desertor paraguaio inquerido pelas autoridades mato-grossenses, em uma única remessa foram enviadas a Assunção mais de quatorze mil cabeças de gado.⁵¹

Em 22 de fevereiro de 1865, Joaquim José Gomes da Silva, o barão de Vila Maria, solicitou ressarcimento dos “prejuízos causados pelos desenfreados e selvagens paraguaios por ordem do Ditador López”, o fazendeiro alegou prejuízo em diversos negócios, além da perda de “84 escravos; um vasto estabelecimento de fabrico de açúcar e aguardente, mais de 30 mil cabeças de gado vacuum e de 200 entre muar e cavalar”.⁵² Em documento de outubro de 1865, Augusto Leverger, vice-presidente provincial, relatou sua impressão sobre a finalidade das tropas paraguaias invadirem o Mato Grosso: “É de supor-se que o fim dessas forças, dispersas pelas fazendas de gado, seja o de fazerem grandes salgás de carne, como que nos tiram os recursos com que poderíamos contar, e abastecem de carne a si e aos da Assunção”.⁵³

Francisco Solano López, e antes Carlos Antônio López, sabiam que Mato Grosso ficava confinado sem o livre trânsito fluvial, e tentaram atrelar acordos de navegação a demarcações territoriais favoráveis ao seu país, temiam que o aparelhamento militar da província pudesse facilitar um ataque pelo norte. *A posteriori*, percebemos o equívoco de Solano López em comandar ações ofensivas contra Argentina, Brasil e, com a derrota dos *blancos*, também o Uruguai. Mas não era esse o planejamento em 1864. Por motivos que transcendem nosso artigo, Justo José Urquiza

⁴⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção: Arranjo Boulhier – Ministério do Reino, Império, Interior e Justiça. Pacote I JJ 9 509. Relatório apresentado a Albano de Souza Osório, vice-presidente da província de Mato Grosso pelo Chefe de Esquadra Augusto Leverger, ao entregar a Administração da mesma Província. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 8 de outubro de 1866.

⁵⁰ ESSELIN, Paulo. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense (1830 – 1910)*. Dourados: Ed. UFGD, 2011. pp. 225-226.

⁵¹ “Auto de perguntas feitas ao Paraguaio Benjamim Flores”, datado de 16 de agosto de 1866. Lata C – 1866. APMT. Disponível em: SILVA, Leonan Nunes da Silva. *Relações na Tríplice Fronteira: a Bolívia no contexto da Guerra Grande (1865-1868)*. Dissertação de mestrado: UFMT, 2009. p. 74.

⁵² Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Coleção: Arranjo Boulhier – Ministério da Guerra. Pacote I G 1 – 241. Conteúdo: Memorial de Joaquim José Gomes da Silva, barão de Vila Maria, apresentado ao imperador Pedro II. Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 1865.

⁵³ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Diversos Códices: Códice 547. Conteúdo: correspondência entre Augusto Leverger, vice-presidente de Mato Grosso e José Antônio Saraiva, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Guerra. Palácio do Governo de Mato Grosso em Cuiabá, 3 de Outubro de 1865.

não convulsionou o interior da Argentina, e os colorados tombaram cedo.

Segundo Mario Maestri, a guerra era inicialmente prevista contra a Argentina mitrista, intransigente a liberdade comercial e política defendida pelo lopismo (1840-1870). Mas a intervenção no Uruguai mudou os planos, e o presidente paraguaio não mediu corretamente a envergadura de um conflito contra um país continental. O conflito prolongou-se muito além de qualquer estimativa, principalmente pela grande quantidade de tropas envolvidas; às dificuldades de deslocamento; às longas distâncias e privações das tropas; e, na última fase da guerra, à população do Paraguai que compreendeu o conflito como um ataque à sua sobrevivência – mais do que a pátria, estava em questão à defesa da própria vida e das comunidades a que pertenciam. O povo lutou, de certo modo, por suas razões, a guerra do Estado.

Seria ariscado defender ordem hierárquica e estática às razões da incursão paraguaia a Mato Grosso, mas analisando o material a que tivemos acesso, a ocupação, antes de uma conquista, era considerada uma reivindicação. Na interpretação de Solano López, a área entre o rio Apa e o rio Branco pertencia ao seu país, portanto estaria apenas materializando um direito não reconhecido. Convém lembrar, que a região abrigava produtivos ervais, principal produto de exportação do Paraguai, e grandes rebanhos bovinos. No âmbito estratégico, bloqueava possíveis contra-ataques imperiais; assegurava o acesso a armamentos e munições; permitiria acesso ao comércio regional com a Bolívia, mantendo o abastecimento das tropas locais e mesmo de outras frentes. Mas ninguém projetava um conflito prolongado por cinco anos. Tudo leva a crer que os paraguaios esperavam uma paz negociada, após alguns meses de batalhas vitoriosas. Nesse cenário, o controle militar de Mato Grosso era um poderoso argumento de negociação.

Mas em 19 de fevereiro de 1868, após a queda da fortaleza paraguaia de Humaitá, responsável por controlar o acesso fluvial a Assunção, Solano López ordenou a desocupação total da região, pois necessitava reforçar a defesa interna. Em abril de 1868, os últimos soldados paraguaios retiraram-se de Corumbá e do forte de Coimbra, antes destruíram e incendiaram suas antigas posições.⁵⁴ O evento mais marcante da história sul-mato-grossense chegou ao fim sem *glórias*. Em 1870, após implacável perseguição a Francisco Solano López, a Guerra da Tríplice Aliança terminou na

⁵⁴ FRAGOSO, Tasso. *História da guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai*. Ob. Cit. p. 286.

batalha de Cerro-Corá, com a morte do *Mariscal*, materializando as palavras do conselheiro José Antônio Saraiva que, antes da guerra, sugeriam o sofrimento “com maior intensidade” ao presidente do Paraguai. Os vencedores impuseram suas condições, *encerrando* as seculares divergências limítrofes e de navegação.

Referências bibliográficas

BETHELL, Leslie. (Org.) História da América Latina: da Independência a 1870. Vol. III. São Paulo: Editora da USP, 2009.

CALOGERAS, Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1945.

CARDOZO, Efraím. *Breve Historia del Paraguay*. Assunción: Servi libro, 2009.

CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Asunción: El lector, 1987.

CHAVES, Júlio Cesar. *El presidente López: vida y gobierno de Don Carlos*. Buenos Aires: Ayacucho, 1955.

DOMINGOS, Sávio da Cunha Garcia. Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império. Dissertação de Mestrado. PPGH-Unicamp. Campinas, 2001.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ESSELIN, Paulo. A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense (1830-1910). Dourados: Ed. UFGD, 2011.

FRAGOSO, Tasso. História da guerra entre Tríplice Aliança e o Paraguai. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1954.

LIMA, Flamarion Barreto. *Guerra do Paraguai*. São Paulo: Dep. de Imprensa Nacional, 1967.

MAESTRI, Mário. A guerra no papel: história e historiografia da Guerra no Paraguai (1864-1870). Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013.

Idem. A Intervenção do Brasil no Uruguai e a Guerra do Paraguai: A Missão Saraiva. *Revista Brasileira de História Militar*.

Idem. O Plano de Guerra Paraguaio em uma Guerra Assimétrica: 1865. IV Encontro Internacional de História sobre a Guerra da Tríplice Aliança, Corrientes, Argentina, novembro de 2012.

Idem. Tasso Fragoso e a Guerra da Tríplice Aliança: História e ideologia. *O Olho da História*, n. 18, Salvador (BA), julho de 2012.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. A Expansão do Brasil e a Formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SILVA, Leonan Nunes da Silva. Relações na Tríplice Fronteira: a Bolívia no contexto da Guerra Grande (1865-1868). Dissertação de mestrado: UFMT, 2009.

TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *A Primeira Guerra do Paraguai*: a expedição naval do Império do Brasil a Assunção (1854-1855). Passo Fundo: Méritos, 2012.

Idem. Uma primeira guerra do Paraguai: as cartas da “invasão brasileira de 1855” ao Paraguai. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* Vol. 3, nº 6. 2011.

THOMPSON, George. *A Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

Arquivos

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Arquivo Histórico do Itamaraty

Relatórios

Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, Joaquim Raymundo de Lamare. Cuiabá, 3 de maio de 1858. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/412/>.